

REDAÇÃO



(Angeli, "Folha de S. Paulo", 14/05/2000)

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.”

(Artigo 227, “Constituição da República Federativa do Brasil”)

“(…) Esquina da Avenida Desembargador Santos Neves com Rua José Teixeira, na Praia do Canto, área nobre de Vitória. A.J., 13 anos, morador de Cariacica, tenta ganhar algum trocado vendendo balas para os motoristas. (...)”

“Venho para a rua desde os 12 anos. Não gosto de trabalhar aqui, mas não tem outro jeito. Quero ser mecânico.”

(“A Gazeta”, Vitória (ES), 9 de junho de 2000)

“Entender a infância marginal significa entender por que um menino vai para a rua e não à escola. Essa é, em essência, a diferença entre o garoto que está dentro do carro, de vidros fechados, e aquele que se aproxima do carro para vender chiclete ou pedir esmola. E essa é a diferença entre um país desenvolvido e um país de Terceiro Mundo.”

(Gilberto Dimenstein. “O cidadão de papel.” São Paulo: Ática, 2000, 19 ed.)

Com base na leitura da charge, do artigo da Constituição, do depoimento de A.J. e do trecho do livro *O cidadão de papel*, redija um texto em prosa, do tipo narrativo, em que fique evidente que devemos, como cidadãos, enfrentar a situação, reconhecendo os direitos da criança na sociedade.

Procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione fatos e exemplos para estruturar o texto, terminando-o por uma sugestão que considere viável no sentido de minimizar, ao menos, a situação.

Observações:

- Lembre-se de que a situação de produção de seu texto requer o uso da modalidade escrita culta da língua.
- Espera-se que o seu texto tenha, no mínimo, 25 linhas e, no máximo, 30.